

Civismo e Nacionalidade: Uma leitura sobre as rotinas cívicas no Colégio Estadual Alberto Torres em Cruz das Almas - Bahia (1964-1985)

Rafael de Jesus Souza¹

Solyane Silveira Lima²

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de discutir as estratégias do Estado Militar para constituir um discurso cívico-patriótico através das instituições escolares. Um dos principais recursos utilizados para a consolidação de uma cultura republicana foi a construção de um ideário cívico-patriótico que preconizava o zelo à pátria e suas instituições. Este ideário se constitui de muitos símbolos, imagens e projetos de nacionalidade. Além disso, uma peça fundamental para constituí-lo é a ideia de um sujeito e a circunscrição de sua participação social. Na República Brasileira este ideário ficou a cargo dos intelectuais, instituições políticas e educacionais, imprensa, etc. Na Ditadura Civil-Militar este conjunto de símbolos que constituíam o imaginário republicano foram reorganizados e implementados a partir de leis que fundavam novas disciplinas e rotinas escolares, com o intuito de formar uma juventude nacionalista. A legislação não se limitava a propor um componente curricular. A partir dele, foi desenhado um modelo para a vivência do civismo na escola, bem como foram construídas as medidas de observância para seu cumprimento. No mesmo decreto foi criada a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), responsável por pensar a Educação Moral e Cívica na escola, seu principal espaço de difusão, mas também “nos órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, editoras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão”. A pesquisa da História das instituições escolares permite-nos compreender parte do esforço do estado para a formulação de uma identidade nacional. Na América Latina estes processos tem uma estreita relação com as permanências e rupturas da colonização, oferecendo para nós pesquisadores problemáticas específicas

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA),

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professora Adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

presente na conflitividade social herdada do sistema colonial. Nesse sentido, a partir da História Cultural será analisada a legislação educacional que propõe uma “Educação Cívica”, bem como a documentação da escola sobre as medidas que tomadas para seu cumprimento. A História Oral será utilizada como recurso teórico-metodológico deste trabalho para analisar entrevistas com professores e alunos do Colégio Estadual Alberto Torres que pertenciam à comunidade escolar durante a Ditadura Civil. O Colégio Estadual Alberto Torres foi uma escola fundada em 1948 para acolher filhos de professores universitários. A instituição foi pensada para atender os filhos de profissionais que eram pesquisadores das ciências agrárias e tinha uma ênfase na temática rural. Desde sua fundação as rotinas cívicas fazem parte do cotidiano desta escola, por exemplo, desfiles cívicos, saudações à bandeira nacional, datas comemorativas. Na Ditadura Militar essas práticas são organizadas no currículo escolar e tornam-se obrigatórias. Um dos objetivos desta pesquisa é compreender os diferentes sentidos atribuídos a estas práticas cívicas no contexto da Ditadura.